

Roberto Moreira de Almeida

Curso de
Direito Eleitoral

16^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2023

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: PC Editorial Ltda. (pceditorial@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A447c Almeida, Roberto Moreira de
Curso de Direito Eleitoral / Roberto Moreira de Almeida – 16. ed. rev., atual. e ampl. –
São Paulo: JusPodivm, 2023.
864 p.
(Coleção Manuais para Concursos)

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4406-7.

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Político. 3. Justiça eleitoral. I. Almeida, Roberto Moreira de.
II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES.....	35	CAPÍTULO II	
CAPÍTULO I		NACIONALIDADE	71
INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL	45	1. NACIONALIDADE	71
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	45	1.1. Conceito.....	71
1.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	45	1.2. Distinção entre nacionalidade e	
1.2. Objeto.....	45	cidadania	71
1.3. Taxonomia e autonomia	46	1.3. Termos jurídicos relacionados à	
1.4. Fontes	47	nacionalidade	71
1.4.1. Fontes diretas.....	47	1.3.1. Povo.....	71
1.4.2. Fontes indiretas.....	49	1.3.2. População.....	72
1.5. Codificações eleitorais	54	1.3.3. Nação.....	72
1.6. Competência legislativa	55	1.3.4. Estado.....	72
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	56	1.4. Espécies de nacionalidade.....	72
1.7.1. Conceito de princípio.....	56	1.4.1. Nacionalidade originária	72
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em		1.4.2. Nacionalidade derivada.....	72
espécie.....	56	1.5. Critérios para a obtenção da	
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou		nacionalidade originária	72
da anterioridade da lei eleitoral	56	1.5.1. Critério do <i>jus soli</i> (local do	
1.7.2.2. Princípio da celeridade	59	nascimento).....	72
1.7.2.3. Princípio da periodicidade		1.5.2. Critério do <i>jus sanguinis</i> (fator	
da investidura das funções eleitorais .	60	sanguíneo).....	72
1.7.2.4. Princípio da lisura das		1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	72
eleições ou da isonomia de		1.7. Nacionalidade derivada	73
oportunidades	60	1.7.1. Noção	73
1.7.2.5. Princípio da		1.7.2. Requisitos para a aquisição da	
responsabilidade solidária entre		nacionalidade derivada no Brasil.....	73
candidatos e partidos políticos.....	62	1.7.3. Situação jurídica dos portugueses	
2. SINOPSE.....	64	residentes no Brasil.....	74
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	64	1.8. Diferenças entre brasileiros natos e	
3.1. Informativos	64	naturalizados	75
3.2. Jurisprudência selecionada.....	67	1.8.1. Tratamento diferenciado para a	
		ocupação de certos cargos (CF, art. 12,	
		§ 3º)	75

1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes	75	1.3.3.3. Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização	134
1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens	76	1.3.3.3.4. Desincompatibilização definitiva e temporária...	135
1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição	76	1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização	135
1.9. Perda da nacionalidade.....	77	1.3.4. Reelegibilidade.....	136
1.9.1. Perda da nacionalidade por exercício de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º, I)	77	1.3.4.1. Conceito	136
1.9.2. Perda por aquisição voluntária de outra nacionalidade	77	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais.....	136
1.10. Vocabulário	77	1.3.5. Privação dos direitos políticos	137
2. SINOPSE.....	77	1.3.5.1. Introdução.....	137
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	79	1.3.5.2. Hipóteses legais	138
3.1. Informativos	79	1.3.6. Direitos políticos dos militares	142
3.2. Jurisprudência selecionada.....	80	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados	143
CAPÍTULO III		1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	144
DIREITOS POLÍTICOS	83	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	144
1. DIREITOS POLÍTICOS.....	83	1.4. Político Ficha Limpa.....	145
1.1. Conceito.....	83	1.4.1. Origem.....	145
1.2. Democracia.....	84	1.4.2. Legislação	145
1.3. Modalidades.....	88	1.4.3. Aplicabilidade imediata	146
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	88	1.4.4. Efeito suspensivo	151
1.3.1.1. Conceito	88	1.4.5. Aditamento recursal	152
1.3.1.2. Sufrágio	88	1.4.6. Elegibilidade mantida	152
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva)	93	1.4.7. Quadro resumido.....	154
1.3.2.1. Conceito	93	2. SINOPSE	156
1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	93	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	158
1.3.3. Inelegibilidade.....	98	3.1. Súmulas STF.....	158
1.3.3.1. Conceito	98	3.2. Súmulas TSE	158
1.3.3.2. Casos de inelegibilidade	99	3.3. Informativos	161
1.3.3.3. Desincompatibilização.....	134	3.4. Jurisprudência selecionada.....	176
1.3.3.3.1. Conceito.....	134	CAPÍTULO IV	
1.3.3.3.2. Finalidade	134	PARTIDOS POLÍTICOS	181
		1. PARTIDOS POLÍTICOS	181
		1.1. Conceito.....	181
		1.2. Natureza jurídica	184

1.3. Finalidade	186	1.2. Garantias e vedações da magistratura em geral e da magistratura eleitoral	233
1.4. Sistemas partidários.....	186	1.2.1. Garantias	233
1.5. Regramento constitucional.....	187	1.2.1.1. Vitaliciedade	233
1.6. Autonomia partidária	190	1.2.1.2. Inamovibilidade	234
1.7. Recursos do Fundo Partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV.....	191	1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio	234
1.7.1. Fundo Partidário	192	1.2.2. Vedações	234
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão	198	1.2.2.1. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério	235
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros	199	1.2.2.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, bem como auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	235
1.9. Infidelidade partidária por fixação jurisprudencial.....	203	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração	235
1.9.1. Noções gerais	203	1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....	237
1.9.2. Constitucionalidade da Resolução TSE nº 22.610/07	207	1.3.1. Introdução.....	237
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo para a propositura da ação	208	1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral	237
1.9.4. Tutela antecipada.....	208	1.3.2.1. Posição topográfica.....	237
1.9.5. Hipóteses de justa causa	208	1.3.2.2. Composição	237
1.9.6. Competência	209	1.3.2.3. Competência.....	239
1.9.7. Atuação do Ministério Público Eleitoral	209	1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	244
1.9.8. Procedimento	210	1.3.3.1. Conceito	244
1.9.9. Duração razoável do processo	212	1.3.3.2. Organização	244
1.9.10. Vigência	212	1.3.3.3. Competência.....	245
1.10. Infidelidade partidária por fixação legal (Lei n.º 13.165/15) e nova previsão trazida pela EC n.º 111/21.	212	1.3.4. Juizes eleitorais	247
2. SINOPSE	215	1.3.4.1. Posição topográfica.....	247
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	216	1.3.4.2. Competência.....	247
3.1. Súmulas do TSE	216	1.3.5. Juntas Eleitorais.....	248
3.2. Informativos	216	1.3.5.1. Posição topográfica.....	248
3.3. Jurisprudência selecionada.....	230		
CAPÍTULO V			
JUSTIÇA ELEITORAL	233		
1. JUSTIÇA ELEITORAL	233		
1.1. Origem	233		

1.3.5.2. Competência.....	250	1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei	265
2. SINOPSE.....	250	1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	266
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	252	1.6.5. Exercer atividade político- partidária	266
3.1. Súmulas STF	252	1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	266
3.2. Súmulas TSE	252		
3.3. Informativos	252		
3.4. Jurisprudência selecionada.....	255		
CAPÍTULO VI			
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL			
1. MINISTÉRIO PÚBLICO.....			
1.1. Conceito.....	259	1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	266
1.2. Princípios institucionais	259	1.7.1. Origem.....	266
1.2.1. Unidade	259	1.7.2. Composição.....	267
1.2.2. Indivisibilidade	259	1.7.3. Atribuições	267
1.2.3. Independência funcional	260	1.7.4. Reclamações e representações	267
1.3. Autonomia.....	261	2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	268
1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....	261	2.1. Conceito e princípios institucionais.....	268
1.3.2. Autonomia financeira	261	2.2. Organização	269
1.4. Organização	261	2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral	269
1.4.1. Ministério Público da União (MPU)	261	2.2.1.1. Atuação	269
1.4.1.1. Chefia institucional	261	2.2.1.2. Atribuições	269
1.4.1.2. Ramos integrantes	262	2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral	271
1.4.2. Ministério Público dos Estados.....	263	2.2.2.1. Atuação	271
1.4.2.1. Chefia institucional	263	2.2.2.2. Atribuições	271
1.4.2.2. Órgãos integrantes.....	263	2.2.3. Ministério Público perante os Juízes e Juntas Eleitorais	272
1.5. Garantias	264	2.2.3.1. Atuação	272
1.5.1. Vitaliciedade.....	264	2.2.3.2. Atribuições	273
1.5.2. Inamovibilidade	264	2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina.....	276
1.5.3. Irredutibilidade de subsídios	264	2.3.1. Em ano sem eleição	276
1.6. Vedações	264	2.3.2. Em ano eleitoral	277
1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais	265	2.4. Designação de promotores eleitorais ...	279
1.6.2. O exercício da advocacia.....	265	3. SINOPSE.....	281

4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA 282	
4.1. Informativos	282
4.2. Jurisprudência selecionada.....	288
CAPÍTULO VII	
ALISTAMENTO ELEITORAL	291
1. ALISTAMENTO ELEITORAL	291
1.1. Conceito e previsão legal	291
1.2. Obrigatoriedade	292
1.3. Facultatividade	292
1.4. Vedação	292
1.5. Direito de voto.....	293
1.5.1. Obrigatoriedade	293
1.5.2. Facultatividade	293
1.5.3. Vedação	293
1.6. Domicílio eleitoral	294
1.7. Procedimento para o alistamento.....	295
1.7.1. Introdução	295
1.7.1.1. Qualificação	295
1.7.1.2. Inscrição	296
1.7.1.3. Deferimento.....	298
1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento.....	298
1.7.3. Encerramento do alistamento.....	299
1.8. Consequências do não alistamento	300
1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	300
1.9.1. Transferência	300
1.9.2. Revisão	301
1.9.3. Segunda via	302
1.9.4. Cancelamento e exclusão	303
1.10. Fiscalização do alistamento	310
1.11. Título eleitoral	310
2. SINOPSE.....	311
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	313
3.1. Informativos	313
3.2. Jurisprudência Selecionada	315
CAPÍTULO VIII	
CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO DE CANDIDATURAS	319
1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS.....	319
1.1. Noção.....	319
1.2. Espécies	319
1.2.1. Convenção municipal	319
1.2.2. Convenção regional	319
1.2.3. Convenção nacional	320
1.3. Prazo	320
1.4. Local das convenções.....	320
1.5. Escolha de candidatos.....	320
1.6. Propaganda intrapartidária	321
1.7. Coligações.....	321
1.7.1. Conceito	321
1.7.2. Natureza jurídica	321
1.7.3. Denominação.....	322
1.7.4. Verticalização	322
1.7.5. Regramento legal	323
1.7.6. Quem representa a coligação.....	323
1.8. Federações partidárias.....	324
1.8.1. Conceito	324
1.8.2. Previsão legal	324
1.8.3. Regras legais para se instituir uma federação partidária (Lei n.º 9.096/95, art. 11-A)	324
1.8.4. Fases para criação de uma federação de partidos políticos.....	324
1.8.5. Atuação da federação nas eleições	325
1.8.6. Semelhanças e distinções entre coligações partidárias e federação de partidos políticos	325
2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	326
2.1. Introdução	326
2.2. Competência	327
2.3. Requisitos legais	327
2.4. Prazo	329

2.5. Quantidade de candidatos	329	1.4.1. Previsão legal	364
2.5.1. Nas eleições majoritárias.....	329	1.4.2. Regramento legal (Lei n.º	9.096/95, art. 50-A)
2.5.2. Nas eleições proporcionais.....	330	1.4.2.1. Horário de veiculação	365
2.6. Percentual mínimo de vagas para o		1.4.2.2. Âmbito nacional ou estadual	365
sexo masculino e feminino nas eleições		1.4.2.3. Competência	365
proporcionais.....	330	1.4.2.4. Inserções	365
2.7. Identificação numérica dos candidatos	331	1.4.2.5. Tempo de veiculação por	partido político.....
2.7.1. Nas eleições majoritárias.....	331	1.4.3. Finalidades	366
2.7.2. Nas eleições proporcionais.....	332	1.4.4. Vedações	366
2.8. Variação nominal dos candidatos.....	332	1.4.5. Desobediência, punição e	procedimento
2.9. Substituição de candidatos.....	333	1.4.6. Propaganda intrapartidária	367
2.10. Cancelamento de registro.....	335	1.5. Propaganda eleitoral.....	367
2.11. Candidatura nata e candidatura		1.5.1. Introdução	367
avulsa	335	1.5.2. Previsão legal	368
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o		1.5.3. Prazo e propaganda antecipada	ou extemporânea.....
registro de candidaturas	338	1.5.4. Identificação e idioma (CE, art.	242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º)
3. SINOPSE.....	342	1.5.5. Meios fiscalizatórios.....	370
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	344	1.5.6. Meios de veiculação de	propaganda
4.1. Súmulas do TSE	344	1.5.6.1. Introdução.....	370
4.2. Informativos	346	1.5.6.2. Outdoors	370
4.3. Jurisprudência selecionada.....	354	1.5.6.3. Imprensa escrita	371
CAPÍTULO IX		1.5.6.4. Rádio e televisão.....	372
PROPAGANDA POLÍTICA.....	359	1.5.6.5. Debates	376
1. PROPAGANDA POLÍTICA	359	1.5.6.6. Pesquisas e testes pré-	eleitorais
1.1. Conceito de propaganda.....	359	1.5.6.7. Internet	382
1.2. Distinção entre propaganda eleitoral,		1.5.6.8. Outros meios de	propaganda
propaganda intrapartidária e propaganda		1.6. Representação por propaganda	eleitoral ilícita e direito de resposta
partidária	360	1.6.1. Representação por propaganda	eleitoral ilícita
1.3. Princípios	361	1.6.2. Direito de resposta.....	400
1.3.1. Princípio da legalidade.....	361		
1.3.2. Princípio da liberdade.....	361		
1.3.3. Princípio da responsabilidade	362		
1.3.4. Princípio da igualdade	363		
1.3.5. Princípio da disponibilidade	363		
1.3.6. Princípio do controle judicial da			
propaganda	364		
1.4. Propaganda partidária	364		

1.6.2.1. Introdução.....	400
1.6.2.2. Competência.....	400
1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva ...	400
1.6.2.4. Prazo para o exercício.....	401
1.6.2.5. Procedimento	401
2. SINOPSE.....	405
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	407
3.1. Súmulas do TSE	407
3.2. Informativos	407
3.3. Jurisprudência selecionada.....	416
CAPÍTULO X	
SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO	
TERRITORIAL E POLÍTICA DO	
ELEITORADO E MEDIDAS	
PRELIMINARES À VOTAÇÃO	421
1. SISTEMAS ELEITORAIS.....	421
1.1. Noções prévias e conceito	421
1.2. Sistema majoritário.....	421
1.2.1. Conceito	421
1.3. Sistema proporcional	423
1.3.1. Conceito	423
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	424
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	425
1.3.4. Distribuição das sobras	427
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO	
BRASILEIRO	428
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da	
União)	428
2.1.1. Câmara dos Deputados	429
2.1.2. Senado Federal	430
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento	
dos Estados-membros)	431
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do	
Distrito Federal).....	432
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos	
Municípios).....	433
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E	
POLÍTICA DO ELEITORADO	434
3.1. Introdução	434
3.2. Circunscrições eleitorais.....	434
3.2.1. O país (território nacional)	435
3.2.2. O território do Distrito Federal.....	435
3.2.3. O território dos Estados-	
membros	435
3.2.4. O território do Município	435
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	435
3.4. Seções eleitorais.....	435
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	439
4.1. Introdução	439
4.2. Mesas Receptoras	439
5. SINOPSE.....	442
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	443
6.1. Súmulas do TSE	443
6.2. Informativos	443
6.3. Jurisprudência selecionada.....	447
CAPÍTULO XI	
VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO	
DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS	
RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS	
ELEITOS	455
1. VOTAÇÃO.....	455
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	455
1.2. Sistema eletrônico de votação	456
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE,	
art. 103)	458
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº	
9.504/97, art. 62)	458
1.5. Procedimento da votação.....	458
1.5.1. Providências preliminares (CE,	
art. 142)	458
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143) ...	458
1.5.3. Prioridade na votação.....	460
1.5.4. Horário de recebimento dos	
votos (CE, art. 144).....	461

1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	462
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....	465
2.1. Introdução	465
2.2. Competência (CE, art. 158).....	469
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	475
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos).....	476
3. DIPLOMAÇÃO.....	477
3.1. Conceito.....	477
3.2. Natureza jurídica	477
3.3. Prazo	478
3.4. Competência para diplomar	479
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	479
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	479
3.4.3. Junta Eleitoral	479
3.5. Fiscalização da diplomação.....	479
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação	480
3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53)	480
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função	480
3.6.1.2. Prisão.....	480
3.6.1.3. Sustação de processo penal ..	480
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho.....	481
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	481
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	481
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.....	481
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	481
3.7. Perda do diploma.....	481
4. SINOPSE.....	482
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	484
5.1. Informativos	484
5.2. Jurisprudência Seleccionada	487
CAPÍTULO XII	
ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS	495
1. ABUSO DE PODER	495
1.1. Introdução	495
1.2. Espécies de abuso de poder	496
1.2.1. Abuso de poder econômico	496
1.2.1.1. Conceito	496
1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	497
1.2.1.3. Sanções	497
1.2.2. Abuso de poder político	498
1.2.2.1. Conceito	498
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	498
1.2.2.3. Sanções	499
1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	499
1.2.3.1. Conceito	499
1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	500
1.2.3.3. Sanções	502
2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	504
2.1. Conceito.....	504
2.2. Origem.....	504
2.3. Previsão legal.....	504
2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	505
2.4.1. A prática de uma conduta punível	505
2.4.2. A legitimidade da conduta	505
2.4.3. A finalidade	506
2.4.4. O lapso temporal	506
2.5. Sanções.....	507

2.5.1. Multa	507	3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”)	518
2.5.2. Cassação do registro ou do diploma.....	507	3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei n.º 9.504/97, art. 75).....	518
2.5.3. Inelegibilidade.....	507	3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei n.º 9.504/97, art. 77).....	519
2.6. Procedimento legal	508	3.4. Sanções legais.....	520
3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	508	3.5. Procedimento legal	522
3.1. Introito.....	508	4. SINOPSE.....	523
3.2. Previsão legal.....	509	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	524
3.3. Rol de condutas vedadas	509	5.1. Súmulas do TSE	524
3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos, (federações) ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I)	509	5.2. Informativos	524
3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II)	510	5.3. Jurisprudência Seleccionada	533
3.3.3. Utilização de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III)	511	CAPÍTULO XIII	
3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV).....	511	POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL, CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	537
3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	512	1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL.....	537
3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	513	1.1. Introdução	537
3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V) .	514	1.2. Polícias judiciárias.....	537
3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”)	515	1.2.1. Polícia judiciária da União.....	537
3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74)	516	1.2.2. Polícia judiciária estadual	537
		1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais	538
		1.4. Apuração dos crimes eleitorais.....	538
		1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral.....	538
		1.4.2. Notícia-crime eleitoral	538
		1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral.....	540
		1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança.....	541
		2. CRIMES ELEITORAIS.....	542
		2.1. Conceito.....	542
		2.2. Natureza jurídica	542
		2.3. Classificação das infrações penais eleitorais	542

2.3.1. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição)	552	3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade	569
2.3.2. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)	554	3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida	570
2.3.3. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)	554	3.7. Rito processual por crime eleitoral	570
3. PROCESSO PENAL ELEITORAL	559	3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância	570
3.1. Conceito	559	3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral	570
3.2. Condições da ação penal eleitoral	560	3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008	572
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)	560	3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário	573
3.2.2. Interesse de agir	560	3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário	576
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido	560	3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	577
3.3. Classificação das ações penais em geral	561	3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral)	578
3.4. Classificação das ações penais eleitorais	561	4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE)	580
3.5. Ação penal pública eleitoral	561	4.1. Previsão legal	580
3.5.1. Conceito	561	4.2. Natureza jurídica	580
3.5.2. Princípios	561	4.3. Cabimento	580
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade)	561	4.4. Efeitos	580
3.5.2.2. Indisponibilidade (inesistibilidade)	564	4.5. Prazo	580
3.5.2.3. Indivisibilidade	564	4.6. Forma de interposição e resultado	580
3.5.2.4. Oficialidade	564	5. SINOPSE	581
3.5.3. A denúncia	564	6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	583
3.5.3.1. Conceito	564	6.1. Súmulas do TSE	583
3.5.3.2. Requisitos	564	6.2. Informativos	583
3.5.3.3. Prazos	565	6.3. Jurisprudência selecionada	597
3.6. Procedimento processual penal eleitoral	565	CAPÍTULO XIV	
3.6.1. Introito	565	AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES ESPECIAIS ELEITORAIS	603
3.6.2. Competência	565	1. MANDADO DE SEGURANÇA	603
3.6.2.1. Regra geral	565	1.1. Conceito	603
3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função	566		

1.2. Espécies	603	4.3.2. Competência	616
1.3. Natureza jurídica	603	4.4. Legitimidades ativa e passiva	616
1.4. Previsão	603	4.4.1. Legitimidade ativa.....	616
1.5. Origem.....	604	4.4.2. Legitimidade passiva.....	618
1.6. Objeto.....	604	4.5. Efeitos	618
1.7. Requisitos específicos	604	4.6. Mandado de injunção em matéria eleitoral.....	619
1.8. Partes legitimadas.....	605	5. HABEAS CORPUS.....	622
1.9. Procedimento.....	606	5.1. Conceito.....	622
1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral.....	608	5.2. Espécies	622
2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..	609	5.3. Legitimidades ativa e passiva	622
2.1. Conceito.....	609	5.3.1. Legitimidade ativa.....	622
2.2. Previsão legal e origem	609	5.3.2. Legitimidade passiva.....	622
2.3. Objeto.....	609	5.4. Cabimento	622
2.4. Legitimados ativos	609	5.5. Prazo	623
2.5. Pressupostos	610	5.6. O <i>habeas corpus</i> no Direito Eleitoral.....	623
2.6. Coisa julgada.....	610	6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	624
2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral.....	610	6.1. Previsão legal.....	624
3. HABEAS DATA	612	6.2. Finalidade	624
3.1. Conceito.....	612	6.3. Legitimidade.....	625
3.2. Origem e previsão	612	6.3.1. Ativa.....	625
3.3. Natureza jurídica	612	6.3.2. Passiva	626
3.4. Finalidade	613	6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	627
3.5. Cabimento e competência.....	613	6.5. Competência	628
3.6. Legitimidades ativa e passiva	614	6.6. Procedimento.....	628
3.6.1. Legitimidade ativa.....	614	7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	634
3.6.2. Legitimidade passiva.....	614	7.1. Conceito.....	634
3.7. <i>Habeas Data</i> em matéria eleitoral	614	7.2. Previsão legal.....	634
4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO.....	615	7.3. Prazo	635
4.1. Conceito.....	615	7.4. Legitimidades ativa e passiva	635
4.2. Objeto e previsão legal	615	7.4.1. Legitimidade ativa.....	635
4.3. Requisitos e competência.....	615	7.4.2. Legitimidade passiva.....	636
4.3.1. Requisitos	615	7.5. Competência	636

7.6. Causa de pedir.....	636	10.5. Prazo de interposição.....	648
7.7. Rito processual.....	637	10.6. Cabimento.....	648
7.8. Peculiaridades.....	639	10.7. Legitimidades ativa e passiva.....	649
8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME).....	640	10.7.1. Legitimidade ativa.....	649
8.1. Conceito.....	640	10.7.2. Legitimidade passiva.....	649
8.2. Previsão legal.....	640	10.8. Procedimento.....	650
8.3. Natureza jurídica.....	640	10.9. Peculiaridades.....	651
8.4. Origem.....	640	11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97).....	651
8.5. Fundamento.....	640	11.1. Previsão legal.....	651
8.6. Finalidade.....	641	11.2. Competência.....	652
8.7. Prazo de interposição.....	641	11.3. Legitimidade.....	652
8.8. Competência.....	641	11.4. Procedimento.....	652
8.9. Legitimidades ativa e passiva.....	642	11.5. Peculiaridades.....	653
8.9.1. Legitimidade ativa.....	642	12. SINOPSE.....	654
8.9.2. Legitimidade passiva.....	642	13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ..	658
8.10. Rito processual.....	643	13.1. Súmulas do STF.....	658
8.11. Peculiaridades.....	644	13.2. Súmulas do TSE.....	660
9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE).....	644	13.3. Informativos.....	661
9.1. Conceito.....	644	13.4. Jurisprudência Seleccionada.....	670
9.2. Previsão legal.....	645	CAPÍTULO XV	
9.3. Natureza jurídica.....	645	RECURSOS ELEITORAIS.....	679
9.4. Legitimidade ativa.....	645	1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	679
9.5. Cabimento.....	645	1.1. Conceito de recursos.....	679
9.6. Competência.....	645	1.2. Finalidade.....	682
9.7. Prazo de interposição.....	646	1.3. Fundamento.....	682
9.8. Competência.....	646	1.4. Características.....	683
9.9. Peculiaridades.....	646	1.5. Classificação.....	683
10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO (RCD).....	647	1.5.1. Quanto ao objeto tutelado.....	683
10.1. Noção prévia.....	647	1.5.1.1. Recursos ordinários ou normais.....	683
10.2. Natureza jurídica.....	647	1.5.1.2. Recursos extraordinários ou especiais.....	684
10.3. Previsão legal.....	647	1.5.2. Quanto ao fim pretendido.....	684
10.4. Competência para julgar o recurso.....	647	1.5.2.1. Reforma.....	684

1.5.2.2. Invalidação	684	1.9.1. Pressupostos subjetivos	690
1.5.2.3. Esclarecimento ou integração.....	684	1.9.2. Pressupostos objetivos	691
1.5.3. Quanto à extensão da matéria	684	1.10. Renúncia e desistência do recurso	693
1.5.3.1. Recurso parcial.....	684	1.10.1. Desistência	693
1.5.3.2. Recurso total	684	1.10.2. Renúncia.....	695
1.5.4. Quanto à fundamentação	685	2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS	695
1.5.4.1. Recurso de fundamentação livre ou ilimitada.....	685	2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais	695
1.5.4.2. Recurso de fundamentação vinculada ou limitada.....	685	2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC)	696
1.5.5. Quanto à fonte	685	2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE)	697
1.5.5.1. Recursos constitucionais	685	2.1.3. Recurso inominado eleitoral	698
1.5.5.2. Recursos legais.....	685	2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais	699
1.5.5.3. Recursos regimentais.....	685	2.2.1. Introdução.....	699
1.6. Efeitos	685	2.2.2. Recurso parcial	699
1.6.1. Efeito devolutivo	686	2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	701
1.6.2. Efeito suspensivo	686	2.3.1. Recurso parcial	701
1.6.3. Efeito extensivo	686	2.3.2. Recurso inominado eleitoral	702
1.6.4. Efeito regressivo	686	2.3.3. Embargos de declaração.....	702
1.6.5. Efeito translativo	687	2.3.4. Recurso Especial Eleitoral	703
1.6.6. Efeito substitutivo	687	2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE)	705
1.7. Princípios	687	2.3.6. Agravo de instrumento.....	706
1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	687	2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	708
1.7.2. Princípio da taxatividade	687	2.4.1. Recurso inominado	708
1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade).....	688	2.4.2. Embargos de declaração.....	708
1.7.4. Princípio da fungibilidade	688	2.4.3. Recurso extraordinário	709
1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”	688	2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC).....	711
1.7.6. Princípio da voluntariedade	689	2.4.5. Agravo de instrumento	712
1.7.7. Princípio da lesividade	690	3. SINOPSE.....	712
1.7.8. Princípio da personalidade.....	690	4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	714
1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação).....	690	4.1. Súmulas do STF	714
1.9. Pressupostos gerais recursais	690	4.2. Súmulas do TSE	714
		4.3. Informativos	715

4.4. Jurisprudência selecionada.....	723			
CAPÍTULO XVI				
FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE				
CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS 729				
1. INTRODUÇÃO.....	729			
2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE				
CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS 729				
2.1. Introito.....	729			
2.2. Legislação aplicável.....	730			
2.3. Origem dos recursos.....	731			
2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas	731			
2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas....	734			
2.4. Procedimento para o início da	arrecadação e gastos de recursos.....	735		
2.4.1. Pedido de registro de candidatura	735			
2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da	Pessoa Jurídica.....	736		
2.4.3. Conta bancária eleitoral.....	736			
2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais....	737			
2.5. Gastos eleitorais.....	738			
2.5.1. Introito.....	738			
2.5.2. Data para início e término da	arrecadação de recursos e realização de	despesas.....	738	
2.5.3. Elenco legal.....	739			
2.5.4. Limitação de gastos de campanha	741			
2.5.5. Sanções pela extrapolação do	limite de gastos.....	741		
2.6. Prestação de Contas de Campanhas....	741			
2.6.1. Quem deve prestar contas?.....	741			
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de	contas final de campanha?.....	742		
2.6.3. Há previsão de prestação de	contas parcial de campanha?.....	742		
2.6.4. Acaso os candidatos ou	partidos políticos não prestem contas	no prazo legal, qual deverá ser o	comportamento da Justiça Eleitoral?.....	743
2.6.5. Quais peças e documentos	devem ser apresentados no momento	da prestação de contas?.....	743	
2.6.6. Como deve ser realizada a	prestação de contas e encaminhada à	Justiça Eleitoral?.....	745	
2.6.7. Análise e Julgamento das	Prestações de Contas.....	745		
2.6.7.1. Procedimento.....	745			
2.6.7.2. Julgamento.....	746			
2.6.7.3. Recursos.....	747			
2.6.7.4. Fiscalização.....	747			
2.6.8. Resultado financeiro.....	747			
2.6.9. Representação Eleitoral	por Excesso de Doação (REED) e	Representação Eleitoral por Captação	Ilícita de Recursos (RECIR).....	748
2.6.9.1. Representação Eleitoral por	Excesso de Doação (REED).....	748		
2.6.9.1.1. Previsão Legal.....	748			
2.6.9.1.2. Legitimidade.....	749			
2.6.9.1.3. Competência.....	749			
2.6.9.1.4. Prazo.....	750			
2.6.9.1.5. Rito processual.....	751			
2.6.9.2. Representação Eleitoral por	Captação Ilícita de Recursos (RECIR) ..	752		
2.6.9.2.1. Previsão Legal.....	752			
2.6.9.2.2. Legitimidade.....	753			
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa.	753			
2.6.9.2.2.2. Legitimidade	passiva.....	754		
2.6.9.2.3. Competência.....	754			
2.6.9.2.4. Prazo.....	755			
2.6.9.2.5. Procedimento.....	755			
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão.....	756			
2.6.9.2.7. Recursos.....	757			
3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS				
PARTIDOS POLÍTICOS 757				

3.1. Legislação aplicável	757	5.2. Informativos	774
3.2. Prazo	757	5.3. Jurisprudência Seleccionada	787
3.3. Competência	758	ANEXO I	793
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas.....	758	ANEXO II	799
3.5. Despesas partidárias.....	760	PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA.....	801
3.6. Obrigações partidárias.....	761	ANEXO III	
3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos)	761	QUADRO RESUMIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	803
3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (FASE DECISÓRIA)	767	ANEXO IV	
3.9. Recursos e regularização.....	769	ALISTAMENTO ELEITORAL (RESOLUÇÃO Nº 23.659/21-TSE)	809
4. SINOPSE.....	770	ANEXO V	
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	774	CALENDÁRIO ELEITORAL (ELEIÇÕES 2022)	835
5.1. Súmulas do TSE	774	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	859